Direito privado e tribunais

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os tribunais de Hong Kong chegaram à questão da propriedade ao mesmo tempo que os de Singapura. Em *Re Gatecoin Ltd*, a Court of First Instance decidiu em 2023 que as criptomoedas são bens suscetíveis de ser mantidos em trust, aplicando os critérios de *Ainsworth* e seguindo os precedentes de Singapura e da Nova Zelândia. Diante dos fatos, porém, o tribunal concluiu que os termos de serviço posteriores da exchange haviam transformado a relação em uma relação entre devedor e credor, de modo que a maioria dos clientes foi classificada como credores quirografários.[1] A decisão tornou-se a citação padrão em Hong Kong e tem força persuasiva em Singapura, onde *ByBit* chegou à mesma conclusão sobre a propriedade. Sua segunda conclusão traz a advertência que a Parte J, Capítulo V, repete para Singapura: a posição do cliente depende dos termos, de modo que uma exchange que altera seus termos pode transformar beneficiários em credores com um clique.

Para a execução, Hong Kong oferece o mesmo instrumental de common law que Singapura: injunções proprietárias e Mareva (bloqueio de bens), ordens Norwich Pharmacal e Bankers Trust (de revelação de informações) contra exchanges e, desde 2022, citação por NFT de pessoas desconhecidas. Os tribunais têm experiência em fraudes transfronteiriças e trataram os casos de cripto como uma variante das fraudes em financiamento comercial e em investimentos que julgam há décadas. A

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

prática do autor tem usado ordens de revelação de Hong Kong contra exchanges em paralelo com processos em Singapura e com queixas-crime na Suíça na mesma fraude. Os três sistemas cooperam melhor do que seus canais formais de assistência mútua levariam a crer, porque as próprias exchanges detêm as informações e respondem a uma ordem judicial de qualquer jurisdição respeitada.

Notas

1. Re Gatecoin Ltd [2023] HKCFI 914, Linda Chan J, par. [45] a [62] sobre a questão da propriedade e par. [70] e segs. sobre a análise do trust à luz dos sucessivos termos de serviço. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com